

**LEI Nº 14.089, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005**

*Estabelece normas aplicáveis ao vencimento, à atualização cadastral e aos benefícios relacionados ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.*

**JOSÉ SERRA**, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de outubro de 2005, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** O Poder Executivo poderá oferecer aos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU opções de data de vencimento do imposto.

**Parágrafo único.** A opção de que trata este artigo deverá ser efetuada até o dia 31 de outubro de cada ano, gerando efeitos para o exercício seguinte.

**Art. 2º** A concessão de quaisquer isenções relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano fica condicionada à atualização cadastral da inscrição imobiliária de que trata o art. 2º da Lei nº 10.819, de 28 de dezembro de 1989.

**Art. 3º** A partir do exercício de 2006, os benefícios previstos nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 13.698, de 24 de dezembro de 2003, somente serão concedidos a um único imóvel por contribuinte.

**Art. 4º** O disposto nesta lei será regulamentado por atos da Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, aos 22 de novembro de 2005, 452º da fundação de São Paulo.

**JOSÉ SERRA**, Prefeito

**Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 22 de novembro de 2005.**

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO, Secretário do Governo Municipal